



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 86
Setembro – 2007

SUMÁRIO

- 2 Índia – a multiculturalidade de Mumbai: seguidores e simpatizantes de Ganesha
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 4 A hidropolítica e a internacionalização amazônica
Argemiro Procópio
- 6 Dois séculos da mudança de sede do império luso: o jogo de forças na Europa e seus reflexos no Brasil
Virgílio Arraes
- 9 A medida do sucesso: Bush, o Iraque, os Republicanos e os Democratas
Cristina Soreanu Pecequilo
- 12 Trinta anos da *United Nations International Force in Lebanon*
Sufyan El Droubi
- 14 A nova nomenklatura – sucessão e continuidade no Kremlin
Rafael da Soler
- 16 A encruzilhada de Islamabad
Ricardo dos Santos Poletto
- 20 Como e quando retirar as tropas do Iraque? Com a palavra, o(a) sucessor(a) de George W. Bush
João Telésforo N. de Medeiros Filho
- 23 Conflito em Darfur: das motivações internas à reação internacional
Evandro Farid Zago
- 26 Eleições parlamentares no Líbano: reflexos sobre o pleito presidencial
Diogo Mamoru Ide

Dois séculos da mudança de sede do império luso: o jogo de forças na Europa e seus reflexos no Brasil

VIRGÍLIO ARRAES*

Em janeiro próximo, celebrar-se-á a efeméride dos dois séculos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, ocasionada por causa da turbulência político-econômica por que passava a Europa diante da disputa anglo-francesa, materializada na forma do modelo monárquico a ser subscrito na liderança continental.

Nesse sentido, coube indiretamente à França decidir temporariamente o destino político de Portugal e, por conseguinte, do Brasil, ao acertar com a Espanha a divisão territorial do império lusitano por meio de um tratado como forma de punição a Lisboa por pender, ainda que em alguns momentos de maneira acanhada, para o lado britânico.

Embora calamitoso para Portugal, em decorrência do deslocamento da sede do decadente império, para o Brasil seria a oportunidade, mesmo desigual, de alçar-se politicamente a um padrão mais sofisticado e unívoco, sem a vigência de uma perspectiva mais regional como em 1789 em Minas Gerais, em 1798 na Bahia e, por último, em 1801 em Pernambuco – exercício para 1817 e 1824.

Por desfecho, o Brasil teria, mesmo de maneira involuntária, condições para amadurecer politicamente e preparar-se administrativamente para assistir 15 anos mais tarde à conclusão de um processo diferenciado de independência, ao obtê-la sem a fragmentação ocorrida nos antigos vice-reinos do Prata, Peru e Nova Granada.

Assim, na história contemporânea das relações internacionais, ao mencionar-se o Tratado de Fontainebleau, evocar-se-ia quase de imediato o ano de 1814, quando o General Napoleão Bonaparte,

então Imperador dos Franceses, renunciou ao trono. Contudo, na memória ibérica recente, notadamente lusitana, o lembrado é 1807, fundamental para a transmigração dos dinastas bragantinos para o Brasil, na época vice-reino, tendo por destino final o Rio de Janeiro, após passagem por Salvador, antiga sede até 1714.

De feitio parcialmente secreto, por causa de seu anexo, o acordo – subscrito em outubro de 1807 por uma França bonapartista e por uma Espanha bourbonista – fatiou em três Estados o território de Portugal, a ser ocupado e conquistado, conforme o texto original, sendo a população de menos de três milhões dispersa sem opção de escolha – nele, não se aborda a questão da eventual emigração em direção ao Brasil ou outra localidade qualquer do decadente império português.

Os termos do tratado entrelaçaram em sua composição dois aspectos: a importância geoeconômica de Portugal – o mais tradicional aliado dos britânicos, ainda que não necessariamente o mais importante – transformado, naquela altura, em importante ponto de escoamento de produtos manufaturados da Grã-Bretanha, em vista do bloqueio continental e a necessidade de punir o pequeno país, por ter sido considerado insolente, ao posicionar-se politicamente mais próximo de Londres que de Paris.

O Reino da Lusitânia Setentrional, margeado pelo Entre-Douro e Minho, teria por titular Luís II, da recém-criada Etrúria – ele mesmo pertencia, por varonia, a um ramo espanhol dos Bourbons, instalados em Parma desde meados do século XVIII. Em troca, o território etrusco iria para a França.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

Por outro lado, os espanhóis garantiriam para si a região sul dos Pireneus. O Alentejo e o Algarve, este considerado apenas na parte d'aquém mar, se tornariam um principado, o dos Algarves, sob responsabilidade de Manuel de Godoy, Príncipe da Paz, e Primeiro-Ministro da Espanha de facto.

Beira, Trás-os-Montes e Estremadura comporiam um Estado sem dinastia definida a princípio – no fim, o corpo diplomático franco-espanhol cria que ele se destinaria aos Braganças, reduzidos, no entanto, à condição de vassalos dos Bourbons hispânicos, seus primos – outrossim, Portugal perderia para as duas potências suas possessões ultramarinas.

Uma das preocupações externadas pela diplomacia francesa foi a indicação expressa de que nenhum dos dois novos Estados pudesse ser ocasionalmente anexado pela Espanha ou fundidos entre si. Na prática, os pequenos reinos seriam satélites da corte madrilenha.

No tocante aos efetivos militares, vinte e cinco mil infantes e três mil cavaleiros compuseram, originalmente, o total francês para invadir Portugal; da Espanha, acrescentaram-se mais de oito mil infantes e três mil cavaleiros. Além do mais, outros dezesseis mil ocuparam simultaneamente o Entre-Douro e o Minho e o Alentejo e o Algarve, sendo seus terras-tenentes os próprios oficiais-generais comandantes das expedições. Da mesma maneira, isso sucedeu com o terço territorial francês.

No caso da França, o responsável foi o General Jean-Andoche Junot, galardoado mais tarde com o título ducal de Abrantes, no início de 1808, como reconhecimento da eficiência na ocupação – em 1805, em decorrência de um possível arrufo com Bonaparte, ele havia sido enviado como embaixador junto a Lisboa, mas por pouco tempo. Sua esposa, Laure Permon, publicaria nos anos 30 seu famoso Memórias Históricas sobre Napoleão, em vários volumes, sob o título de Duquesa d'Abrantes. Diante da decisão tomada pela concordância hispano-francesa, restou à corte lisboeta a organização da retirada, a princípio, temporária.

De início, o deslocamento seria para um dos dois arquipélagos atlânticos portugueses: Açores

ou Madeira. Contudo, no fim, em função do aconselhamento britânico, reforçar-se-ia a idéia de ir para o Brasil – afirma-se tradicionalmente que, por poucas horas, os combatentes franceses não aprisionaram a família real.

De toda forma, a decisão de retirar-se de Portugal decorreu da estimativa dos altos custos econômicos e humanos perante a invasão binacional. Nem mesmo a Grã-Bretanha estava disposta no momento a apoiar diretamente a defesa da Casa de Bragança, liderada por Dom João, regente desde 1792 por causa da insanidade da mãe, Dona Maria I.

Acrescente-se que parte do alto oficialato das forças armadas era francófona, como foi o caso do 3º Marquês de Alorna, Dom Pedro José de Almeida Portugal, Gomes Freire de Andrade e José Martins Pamplona Corte-Real, futuro Ministro do Reino e Conde de Suberra, integrantes todos da futura Légion Portugaise, constituída após a derrocada de Portugal em face de Junot e dissolvida em 1813. Quanto à ida para o Brasil, o próprio Alorna em 1801 havia aventado a idéia da mudança, quando da invasão das terras lusas por tropas franco-espanholas em maio daquele ano, no episódio conhecido como Guerra das Laranjas. Poucas semanas depois, assinar-se-ia o Tratado de Badajoz entre Portugal e Espanha.

Em face do conflito, a Espanha trouxe Olivença para si e a França boa extensão do território atualmente do estado do Amapá – em 1809, Portugal tomaria Caiena e, desta forma, recomporia sua fronteira naquela região. Feita a paz após o episódio da guerra acima citada, a viagem para o Brasil – com conseqüente transformação política do Vice-Reino – seria posta por Dom João em segundo plano.

No início de 1808, com a chegada de quase todo o principal corpo político reinol ao Rio de Janeiro, o país passou a naturalmente sediar as altas instâncias administrativas, de maneira que, mesmo impremeditadamente, foi-se enfronhando aos poucos em rotinas burocráticas mais trabalhosas e complexas, ao experimentar até momentos desiguais de expansão territorial – de início, ao norte, com Caiena; quase uma década mais tarde, ao sul, com a Banda Oriental.

Destarte, o Brasil superaria um dos primeiros percalços para adquirir o amadurecimento necessário para palmear -ao menos formalmente- o seu próprio caminho, ao irradiar, a partir do Rio de Janeiro, uma estrutura administrativa de alcance nacional

e parcialmente conduzida por brasileiros, o que satisfez um dos anseios mais prementes das elites regionais, conforme se depreendeu, por exemplo, da Conjura de 1789.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>